

KELLER, Tatiana; COSTA, Evelyne Patrícia Figueiredo de Sousa. Resenha de “História concisa da língua portuguesa”. *ReVEL*, vol. 17, n. 32, 2019. [www.revel.inf.br]

RESENHA DE *HISTÓRIA CONCISA DA LÍNGUA PORTUGUESA*

Tatiana Keller¹

Evelyne Patrícia Figueiredo de Sousa Costa²

tatianakeller.ufsm@gmail.com

evelyne.costa@gmail.com

Se tomarmos os manuscritos do *Testamento de Afonso II* e da *Notícia de Torto*, cuja datação remonta o século XIII, como marcos do início da língua portuguesa, estaremos diante de cerca de 800 anos de história de nossa língua. Se, além disso, considerarmos a língua portuguesa como derivada do latim, precisaremos recuar mais ainda no tempo até o início da colonização romana e da chegada do latim na Península Ibérica, no século III a.C o que contabilizará mais 1000 anos de história. Dar conta desse percurso histórico de quase dois mil anos é a tarefa a que se dedicam Renato Basso e Rodrigo Gonçalves na *História concisa da língua portuguesa*. Difícil não lembrar aqui da *História concisa da literatura brasileira* (1970), de Alfredo Bosi, cujo desafio é semelhante: ser capaz de apresentar de modo sucinto os aspectos mais essenciais dos temas abordados. O desafio é vencido com êxito por Basso e Gonçalves que selecionam as informações mais relevantes acerca da constituição da língua portuguesa e de seu desenvolvimento em Portugal e no Brasil sem serem reducionistas ou superficiais.

No prefácio, Caetano Galindo observa uma posição intermediária da obra em relação a outras sobre o tema: ela não se apresenta como um relato demasiadamente esquemático e simplificado, que poderia interessar apenas a curiosos ou leigos no assunto, tampouco é um mergulho extremamente minucioso, que faria com que a obra só pudesse ser consultada por especialistas. Ressalte-se ainda a variedade e a

¹ Doutora em Linguística. Professora da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

² Doutora em Linguística. Professora da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

amplitude da bibliografia utilizada e da bibliografia sugerida, que servem como uma excelente porta de entrada para os estudos sobre a história da língua portuguesa.

O livro é dividido em seis capítulos, os quais perpassam os primórdios do indo-europeu e da língua latina (“mãe” da língua portuguesa), a formação do português na Europa e a língua portuguesa na América, Ásia e África, com especial destaque para a língua portuguesa usada no Brasil. Percebe-se um posicionamento metodológico que busca situar a língua portuguesa em um contexto mais amplo, qual seja, sua origem latina, e por sua vez, indo-europeia, para chegar ao português dos dias de hoje. Dessa forma, o leitor pode observar que uma língua desenvolve-se num *continuum* no tempo e no espaço, visto vez que são apresentados aspectos linguísticos, sociais, políticos, econômicos e culturais da língua portuguesa ao longo do tempo.

Cada capítulo é ilustrado com mapas, tabelas, quadros, fotografias e figuras e encerra-se com uma lista de sugestões de leitura que possibilitam o aprofundamento dos tópicos tratados. A linguagem empregada pelos autores é fluente e acessível.

A seguir apresentamos mais detidamente os seis capítulos que compõem a obra.

No capítulo 1, intitulado *Do indo-europeu ao latim vulgar*, os autores tomam como ponto de partida a filiação do português ao latim o qual, por sua vez, filia-se ao indo-europeu. Essa assunção faz, segundo os autores, com que seja importante explicar alguns aspectos metodológicos empregados pela linguística histórica para dar conta do desenvolvimento das línguas.

O capítulo 2, *A România e a formação das línguas românicas*, inicia-se com um relato sobre o desenvolvimento da România e a relação do latim, tanto com as línguas dos autóctones (íberos, lígures, celtas etc), em situação de superstrato, como com as línguas dos povos bárbaros (suevos, godos, visigodos, vândalos, francos e outros) em situação de substrato. Os autores mencionam ainda a relação de adstrato que o latim manteve com o grego, língua essa que ocupava o lugar de língua de cultura. Na sequência do capítulo, Basso e Gonçalves abordam também os fatores que causaram a diferenciação dos dialetos latinos, os quais se tornaram incompreensíveis entre si em torno do século IX, e resultou no surgimento das línguas românicas. Os autores discorrem brevemente sobre a formação do romeno, dalmático, italiano, sardo, rético, francês, provençal, franco-provençal, catalão e espanhol. O português é deixado para os capítulos subsequentes. O capítulo termina com versões da oração do

Pai nosso nas diversas línguas românicas e com um apêndice com metaplasmos (mudanças sonoras).

No capítulo 3, *A formação histórico-linguística da Península Ibérica e o português europeu*, os estudiosos traçam o percurso histórico da ocupação romana na Península Ibérica, que começa por volta de 218 a.C, após a vitória sobre os cartagineses, passa por algumas invasões e culmina com a expulsão dos árabes da região, em 1492, com a tomada da cidade de Granada, episódio conhecido como *Reconquista*. A importância da presença dos árabes, na Península Ibérica por cerca de sete séculos, pode ser vista por marcas deixadas por eles no léxico português em diversos campos semânticos: a) *flora*: algodão, alecrim, alface, alfafa, alfazema, açafraão, açucena, alcachofra; b) *instrumentos*: alaúde, tambor, alicate, almofada, gaita, azulejo; c) *profissões*: alfaiate, alferes, almoxarife; d) *alimentos e bebidas*: açúcar, acepipe, álcool, almôndega e xarope; e) *medidas*: alqueire, arroba, zero, entre outros (GARCIA, 2002: 74).

O capítulo segue discutindo a necessidade de que pontos que delimitam um dado período da história de uma língua sejam escolhidos pelos pesquisadores. Em geral, essas datas são aquelas que têm alguma relevância do ponto de vista político ou cultural, por exemplo. Isso quer dizer que diferentes estudiosos podem usar diferentes marcos históricos em suas propostas de divisão. Dentre as várias propostas apresentadas para a língua portuguesa, Basso e Gonçalves escolhem a de Ilari e Basso (2006), que compreende os seguintes períodos:

- a) Português arcaico: estende-se de fins do século XII até 1415 (data da Tomada de Ceuta);
- b) Português clássico: de 1415 até 1572 (*Os Lusíadas*, de Camões);
- c) Português moderno: a partir de 1572 até os dias de hoje.

Tal subdivisão é adotada no decorrer livro: no capítulo 3, discorre-se sobre o português arcaico; no capítulo 4, sobre o português clássico e o português moderno em Portugal; e nos capítulos 5 e 6, sobre o português moderno usado no Brasil.

Em relação ao português arcaico, ainda no capítulo 3, Basso e Gonçalves comentam as principais mudanças fonéticas e morfológicas, com base em Castro (2006) e Haug (2008), e também apresentam os principais gêneros textuais do período: poesia lírica trovadoresca (Cancioneiros da Ajuda, da Vaticana e da

Biblioteca Nacional), documentos oficiais e particulares (*Testamento de Afonso II* e *Notícia de Torto*, por exemplo), prosa literária (traduções de novelas de cavalaria do ciclo arthuriano), textos religiosos (*Regra de São Bento*, *Vida de São Nicolau de Myra*, *Vida de Cristo*, para citar alguns). Encerra este capítulo uma seção de textos comentados: *Carta de dotação e fundação de São Miguel de Lardosa* (datada de 882), *Notícia de Torto* (entre 1210 e 1216), *Testamento de Afonso II* (de 1214) e *A Demanda do Santo Graal* (final do século XIII).

No capítulo 4, *Do português clássico à expansão da língua portuguesa*, os autores apontam que é no período clássico que se verifica a ruptura entre o galego e o português, em decorrência da independência de Portugal, e que ocorre a difusão da língua portuguesa para a América, África e Ásia em virtude das Grandes Navegações.

São apresentadas algumas das principais características linguísticas do português clássico, o qual se encerra com a publicação d'*Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, em 1572. É salientada ainda a importância do período para a consolidação de uma língua literária, especialmente com o advento da Dinastia de Avis, na qual foram produzidas obras de destaque, tais como *O Leal Conselheiro*, de D. Duarte (1438) e as crônicas de Fernão Lopes (de 1418 a 1459). Os autores dão ênfase ao surgimento das primeiras gramáticas portuguesas de autores como Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540) e mencionam a preocupação de autores do período com o idioma nacional. Na sequência do capítulo, há fragmentos de textos do português clássico e do português moderno, os quais são apresentados em sua forma original e modernizada. Há também comentários que apontam aspectos linguísticos divergentes entre a escrita antiga e a atual. Destacamos a importância desses textos como fontes para pesquisa desse período. Na última seção, os autores retratam a situação da língua portuguesa além da Europa e da América. Exemplos de crioulos sino-português, indo-português, afro-portugueses, luso-americano e de Guiné Bissau encerram o capítulo.

Os capítulos 5 e 6, dedicados ao português do Brasil, que comentamos abaixo, compõem uma parte mais longa da obra (cerca de 140 páginas) e têm como diferencial o fato de tratar de aspectos da formação do português brasileiro, que não aparecem tão detalhados em outras obras.

No capítulo 5, *Ocupação do Brasil, delimitação das fronteiras e primeiros séculos do português em solo americano*, aparece pela primeira vez no livro a discussão acerca das variedades portuguesa e brasileira, chama-se a atenção para a

complexidade da formação do português brasileiro e investiga-se o porquê da língua portuguesa do Brasil não ser a mesma de Portugal. Os autores dizem que a resposta a essa indagação teria duas versões: 1) as duas variedades se desenvolveram autonomamente nos dois lados do Atlântico ou 2) as duas variedades seriam diferentes, porque o português do Brasil entrou em contato com línguas indígenas e africanas, o que não teria ocorrido com o português europeu. Contudo, nenhuma dessas versões é totalmente aceita. Basso e Gonçalves argumentam que a versão 1 é insuficiente, pois a diferenciação teria se dado apenas no nível do léxico (e uma língua é mais do que um conjunto de palavras) e que a versão 2 é muito simplista, já que não há a especificação de com quais línguas indígenas ou africanas o português teria se relacionado e de que forma isso teria ocorrido. Contudo, defendem que esse segundo viés seria o mais profícuo para entendermos as especificidades do português brasileiro. Essa questão é retomada e aprofundada no capítulo 6. Antes disso, no entanto, os autores contextualizam a situação do Brasil no que se refere aos ciclos econômicos, a demarcação de fronteiras e ao panorama linguístico da América portuguesa. É importante destacar, nesse contexto político, social e econômico, o papel dos bandeirantes, os quais participaram do alargamento do território brasileiro, da escravização dos indígenas, da difusão das línguas gerais, das atividades comerciais etc.

O capítulo 5 termina com uma discussão sobre a periodização do português do Brasil conforme propostas de Serafim da Silva Neto (1946), Paul Teyssier (1997) e Noll (2008). Diferentemente dessas propostas, os autores, com base em fenômenos linguísticos, apresentam a seguinte proposta: duas fases para a língua - a formadora (1550 a 1700) e a diferenciadora (1700 a 1800). O capítulo subsequente apresentará os reflexos da segunda fase no desenvolvimento linguístico do português.

Na parte inicial do capítulo 6, *O português brasileiro de 1801 em diante e a sua formação*, é feita uma descrição de fenômenos linguísticos (queda de 'r' final, monotongação de [aj], aférese, epêntese, existência de 'r caipira', alteamento vocálico, vocalização de 'l', entre outros) encontrados a partir de 1800 e exclusivos do português brasileiro falado.

Os autores discorrem sobre os acontecimentos políticos que andam *pari passum* com a formação da língua portuguesa no Brasil, tais como a chegada da família real, políticas e reformas educacionais, independência, dentre outros.

No que diz respeito à língua, a vinda da família real ao Brasil (1808) traz consigo a primeira prensa tipográfica, o que possibilita, no mesmo ano, a fundação do primeiro jornal brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Diante desse cenário, o desenvolvimento da língua escrita no Brasil se dá de maneira autônoma, sem mais passar pela censura de Portugal. Políticas educacionais voltadas para a língua portuguesa também tiveram um papel importante na formação do português brasileiro. A esse respeito os autores citam, por exemplo, a reforma pombalina (1759), que proibiu o uso e o ensino de outra língua que não a portuguesa no território brasileiro, o que afetou o cenário das línguas gerais e demais línguas que circulavam no país, e a reforma do ensino após a Independência, que tornou obrigatória a escola primária, criou o ensino técnico e superior e admitiu as meninas. No período da República Velha, temos a instituição do ensino laico e gratuito. Um reflexo dessas mudanças é a grande quantidade de textos escritos em português (brasileiro) nessa época.

É importante destacar que um diferencial da obra em questão é a apresentação de um apanhado histórico sobre a formação linguística da Amazônia e a discussão sobre a língua geral falada nessa parte do Brasil. A região norte do país era uma colônia à parte que se reportava diretamente a Portugal, sem relações com o Estado do Brasil. Os portugueses utilizaram novamente uma língua geral para se comunicar com as populações indígenas, contudo, diferentemente da Língua Geral Paulista, os colonizadores lançaram mão de uma língua geral de base tupinambá, a Língua Geral Amazônica (nhegatu), língua essa ainda falada em muitos municípios da região, sendo, inclusive, língua oficial do município de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Pará. A Língua Geral Amazônica também foi alvo das regras do Diretório dos Índios (1757), que determinou sua erradicação. Os autores mencionam também a importância da Guerra da Cabanagem, que resultou na morte de muitos falantes de nhegatu, brancos pobres, índios e negros e a grande leva de falantes de português advindos do Nordeste por conta do ciclo da borracha, que culminou na hegemonia da língua portuguesa.

Com a preocupação de discutir a formação do português do Brasil, os autores analisam ainda as influências das línguas dos indígenas, africanos e imigrantes europeus, que envolvem aspectos demográficos e linguísticos-estruturais.

O capítulo 6 é concluído com uma discussão sobre a possibilidade de o português do Brasil ser uma variedade do português de Portugal ou uma língua

separada. Para tanto, são retomadas questões acerca de crioulização, de deriva e de aceleração da deriva (nativização, nas palavras de Naro e Scherre (2007)). Os autores chamam a atenção para a necessidade de uma abordagem que consiga unificar todas as teorias em torno dessa questão.

REFERÊNCIAS

BOSI, A. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970.

CASTRO, I. *Introdução à história do português*. 2ª ed. Lisboa: Colibri, 2006.

GARCIA, A. da S. O português do Brasil: questões de substrato, superstrato e adstrato. *Soletras*, ano II, nº 04. São Gonçalo: UERJ, jul./dez. 2002.

HAUY, A. B. Séculos XII, XIII e XIV. In: SPINA, S. (org.) *História da língua portuguesa*. Cotia: Ateliê, 2008.

ILARI, R.; BASSO, R. *O português da gente – a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

BASSO, R.; GONÇALVES, R. T. *História concisa da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2014.